BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COMO FATOR DE INSERÇÃO SÓCIO-CULTURAL NA FORMAÇÃO DO EDUCANDO

ADULT AND YOUTH EDUCATION (EJA) AS A FACTOR OF SOCIO-CULTURAL INCLUSION IN THE EDUCATION OF THE LEARNER

LA EDUCACIÓN DE ADULTOS Y JÓVENES (EAJ) COMO FACTOR DE INCLUSIÓN SOCIOCULTURAL EN LA EDUCACIÓN DEL ALUMNO

10.56238/bocav25n79-025

Beatriz Auxiliadora Rodrigues
Pós-graduada em Psicopedagogia; Pós-graduada em Letramento
Instituição: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, Prefeitura Municipal de Suzano
E-mail: beatrizauxiliadorarodrigues@se-pmmc.com.br

Marina Helena dos Santos Vieira
Pós-graduação em Educação Infantil; Pós-graduação em Gestão Escolar; Pós-graduação em Legislação Educacional; Pós-graduação em Supervisão Escolar
Instituição: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes
E-mail: marinahelena304@gmail.com

RESUMO
O presente artigo foi desenvolvido buscando compreender o histórico e as necessidades específicas dos atores da educação de jovens e adultos, tratando-se, portanto, de um estudo sobre as ações educativas escolarizadas com sujeitos jovens e adultos. Com o objetivo analisar a importância desse processo educativo, especificamente suas atribuições enquanto instrumento relevante para uma clientela que acumula responsabilidades profissionais e sociais e que se dispõe a ser alfabetizada e a continuar os estudos para progredir na vida profissional e realizar-se como cidadão. A Educação de Jovens e Adultos é um aspecto da educação que tem sido vastamente estudado na atualidade. Sabe-se que, para estar inserida no processo de ensino e aprendizagem, necessita ser constantemente planejada e repensada.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Aprendizagem. Cidadão.

ABSTRACT
This article was developed seeking to understand the history and specific needs of the actors in youth and adult education, therefore, it is a study on school-based educational actions with young and adult subjects. The objective is to analyze the importance of this educational process, specifically its attributions as a relevant instrument for a clientele that accumulates professional and social responsibilities and that is willing to become literate and continue their studies to progress in their professional lives and achieve fulfillment as citizens. Youth and Adult Education is an aspect of education that has been extensively studied recently. It is known that, to be included in the teaching and learning process, it needs to be constantly planned and rethought.

Keywords: Youth and Adult Education. Learning. Citizen.

RESUMEN
Este artículo se elaboró con el fin de comprender la historia y las necesidades específicas de los actores en la educación de jóvenes y adultos. Por lo tanto, se trata de un estudio sobre acciones educativas escolares dirigidas a jóvenes y adultos. El objetivo es analizar la importancia de este proceso educativo, específicamente sus atribuciones como instrumento relevante para una población que acumula responsabilidades profesionales y sociales y que está dispuesta a alfabetizarse y continuar sus estudios para progresar en su vida profesional y alcanzar la plenitud como ciudadanos. La educación de jóvenes y adultos es un aspecto de la educación que ha sido ampliamente estudiado recientemente. Se sabe que, para integrarse en el proceso de enseñanza-aprendizaje, requiere una planificación y revisión constantes.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Aprendizaje. Ciudadanía.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de analisar a realidade do cidadão brasileiro inserido no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando seu aprimoramento intelectual a fim de dar suporte a novas pesquisas e a reflexão da sociedade a esse tema, que gera meios para que cada ser interaja com a realidade social.

A existência de uma população fora do ensino regular é assustadora em termos numéricos e mais preocupante ainda, constatar que esses números aumentam a cada ano. A população excluída do Ensino Fundamental que antes era formada por idosos e adultos, passou a ser ocupada por adolescentes que não tiveram oportunidade de cursar na idade própria ou abandonaram os estudos pelas necessidades econômicas e socioculturais que assolam países como o Brasil.

Considerando que as exigências educativas da sociedade contemporânea são crescentes e que estão relacionadas a diferentes dimensões da vida das pessoas: ao trabalho, a participação social e política, a vida familiar e comunitária, as oportunidades de fazer e desenvolvimento cultural, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a esperança de uma clientela que acumula responsabilidades profissionais e sociais e que se dispõe a ser alfabetizada e a continuar os estudos para progredir na vida profissional e realizar-se como cidadão.

A problemática deste tema é norteada pelas seguintes perguntas: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) realmente insere o indivíduo no contexto sociocultural? De que forma o mercado de trabalho recebe o indivíduo participante do programa da Educação de jovens e Adultos (EJA)? Quais são as expectativas de um educando do programa da Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como fator de inserção sociocultural na formação do educando, em estudo de teóricos gabaritados sobre o tema. Caracteriza a situação sócio econômica e profissional dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA); identificar as expectativas dos alunos ingressantes e regressantes à escola básica da Educação de Jovens e Adultos (EJA), são os objetivos específicos desta pesquisa, que nortearão para o desenvolvimento da mesma.

Consideramos como hipóteses que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando proporciona uma interação qualitativa no processo ensino aprendizagem contribui para a inserção sociocultural do educando, e que o saber relativo do aluno, quando acolhido e reconhecido pelo corpo docente tornam uma base sólida no ato educativo, gerando assim, uma melhor interação com a realidade do aluno.

O presente tema é de extrema relevância, uma vez que já foram explicitadas as questões pertinentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Acredito, enquanto pesquisadora que o desenvolvimento da mesma contribuirá para a comunidade acadêmica e também para a sociedade.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS ASPECTOS SOCIAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem se constituído ao longo da história da educação brasileira, numa modalidade do sistema educativo que tem respondido entre partes, às necessidades da clientela destinada a essa parte do processo formativo, seja pela insuficiência no acesso à educação, seja, pela inadequação das propostas existentes, que tem traduzido, uma concepção segmentada e reducionista do conhecimento.

A existência no Brasil, no início do século XXI, de cerca de 15 milhões de analfabetos na população de 15 anos ou mais, revela o nível de exclusão social e educacional no país e evidencia dois aspectos da questão: o primeiro diz respeito ao tamanho do desafio a ser enfrentado, para a democratização do acesso à educação básica para todos e o outro, relacionado ao primeiro, diz respeito à necessidade de romper a dicotomia existente entre o proclamado e o realizado.

O Brasil ingressa neste século tendo que superar diversos desafios para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Um desses desafios refere-se à efetivação dos direitos educativos para todos, especialmente tendo em vista o grande número de jovens e adultos sem instrução ou com poucos anos de escolaridade. Ao mesmo tempo em que as medidas avançam no campo da democratização do ensino básico, pouco tem sido realizado no sentido de efetivá-las. A educação básica corresponde, apenas, a uma parte do desafio, sendo necessário, ainda, conceber e implantar outras ações que garantam a formação permanente dos jovens e adultos.

Para compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é preciso se ter um conhecimento de como essa modalidade de ensino se constituiu na história da educação brasileira. Durante muito tempo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) remetia educadores, às práticas e ações desenvolvidas por programas de alfabetização de adultos, destinados a pessoas que durante a infância, não aprenderam a ler e escrever. Hoje, múltiplos desafios se colocam nesse campo, exigindo de educadores, pesquisadores, formuladores de políticas e equipes pedagógicas uma nova abordagem para o planejamento e o desenvolvimento de ações educativas para esses grupos.

No Brasil convivemos com diversos problemas relacionados com a democratização do acesso e a criação de condições adequadas para a permanência no ensino fundamental e com o desenvolvimento de práticas educativas e culturais que contemplem as exigências atuais da sociedade moderna.

Um passo importante no sentido de reparar a dívida social para com enorme contingente de jovens e adultos, que não puderam estudar ou contemplar o ensino fundamental, foi a inclusão, na constituição de 1988, do direito ao ensino fundamental para todos que passou a ser reconhecido como dever do estado. Existe, porém, uma grande distância entre as intenções promulgadas nas leis e seu cumprimento efetivo, segundo DI Pierro Joia e Ribeiro.

A contagem da população, realizada pelo IBGE em 1996, verificou que entre os brasileiros com 15 anos ou mais: 15,3 milhões (14,2 %) não completaram sequer um ano de escolaridade; 19,4 milhões (18,2 %) têm apenas de um a três anos de instrução e outros 36 milhões (33,8 %) completaram de quatro a sete anos. Totalizando esses dados, podemos constatar que 70,7 milhões (66,2 %) dos brasileiros com 15 anos ou mais não completaram o ensino fundamental (...). No que se refere À alfabetização, o índice de cobertura não chega a 1 %; quanto ao acesso ao ensino fundamental, temos 8,4 % dos jovens e adultos cursando o sistema regular, com alguma defasagem entre idade e série e, apenas, 4 % frequentando cursos para jovens e adultos. (FEJA, 2001, p.16).

A legislação do país e diversos acordos internacionais têm assumido como desafios centrais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a proposição e o desenvolvimento de práticas educativas que contribuam de modo efetivo, para a construção de uma sociedade mais justa, sustentada por valores democráticos e pelo respeito aos direitos humanos.

Muitas das propostas assumidas referem-se à garantia da escolaridade comum por meio de diretrizes curriculares e materiais didáticos adequados a esse público, bem como a diversificação de modalidades de atendimento, reconhecendo que pessoas jovens e adultas podem e devem continuar aprendendo por toda vida.

A Educação de Jovens e Adultos é um campo de práticas e reflexão que, inevitavelmente, transborda os limites da escolarização, ela abrange processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas, que visam à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política, e uma infinidade de questões culturais, baseadas em outros espaços socializadores que não são escolares.

Mesmo quando se focalizam os processos de escolarização de jovens e adultos, o foco da escola regular, com seus tempos e espaço rigidamente delimitados, imediatamente se apresentam como problemático. Quando se adotam ideias mais restritivas sobre o fenômeno educativo, o lugar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser aproveitado como terreno fértil para a inovação prática e teórica.

Mas, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica, se por outro lado à abordagem do fenômeno educativo for sistêmica, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) será considerada como umas das arenas importantes aonde vêm se empreendendo esforços para a democratização do acesso ao conhecimento.

As primeiras iniciativas relativas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, ganharam contornos no início do século XX, nos períodos que antecederam a esse, durante a Colônia, o império e a Primeira República, ocorreram ações educativas esparsas, e pouco significativas, voltadas aos jovens e adultos.

Durante a primeira república com a constituição de 1891, o papel designado ao estado, em relação ao ensino básico, se restringiu ao de animador, vez que essas atividades educativas foram descentralizadas, tornando-se responsabilidade dos estados.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Básica permaneceram dependentes dos interesses das oligarquias regionais e da fragilidade de recursos financeiros das mesmas para seu provimento durante aquele período.

A educação de adultos iniciou sua revolução no país em meados da década de 1940, com uma legislação fragmentada que não caracterizavam um compromisso das administrações regionais para com a extensão dos serviços às populações adultas, e um pequeno número de escolas mantidas pelas iniciativas estaduais, municipais e particulares reduzidos ao número de alunos que as procuravam.

Devido à fase do empreendimento global do Governo da União, requeresse a necessidade de uma educação de todos os habitantes adultos, todos os brasileiros analfabetos conscientes ou não dessa necessidade de educação deveriam ser alcançados pela escola. Em 1920 o censo indicou que 72 % da população brasileira acima de 5 anos permaneciam analfabetas, no ano de 1960 o índice de analfabetismo foi de 46,7 % para pessoas com idade acima de 5 anos (FEJA, 2001, p.22).

Na primeira metade do século XX, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) após um longo período onde houve um intenso processo de industrialização e urbanização, teve seu lugar definido no seio de uma política de educação pública de âmbito nacional, as iniciativas de educação para jovens e adultos se multiplicaram por todo país e passaram a ser objeto de reflexão pedagógica.

Com o fim da ditadura de Vargas, em 1947, o país vivia o furor da redemocratização. A segunda guerra mundial recém-terminada e a ONU - Organização das Nações Unidas – alertava para a urgência de integrar os povos, visando a paz e a democracia, tudo isso contribuiu para que a educação dos adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum.

Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central; às massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção.

Os primeiros anos da década de 60 constituem um momento muito especial na história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, nesse período, têm lugar às experiências que dariam origem à proposta de alfabetização de adultos que ficaram conhecidas como método Paulo Freire, sua filosofia educativa influenciou educadores de jovens e adultos do Brasil, e de outras partes do mundo, até em nossos dias há a influência de Paulo Freire. (FREIRE, 1970, p. 58).

A partir de Paulo Freire a educação passa a ter nova visão, um meio de conscientização e mobilização de grupos sociais excluídos, e instrumento de afirmação e desenvolvimento da cultura popular. Em sua teorização freire divulgava em palestras realizadas em todo o país a distinção entre conscientização e politização, afirmou que a finalidade principal da alfabetização e educação do povo era dar-lhe uma consciência social que, por sua vez, o condicionaria para uma opção política.

Para Paulo Freire, a questão que se colocava era de dar condições ao povo para que este se transformasse de objeto em sujeito da ação social. Paulo Freire criou uma concepção de educação como prática da liberdade, educação como conscientização, uma ideia de alfabetização como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo e a posição e o lugar do homem nele. Observem na citação abaixo suas próprias palavras:

> Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação. Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida, pelo homem, na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido. Na medida em que o homem embora analfabeto, descobrindo a relatividade da ignorância e da sabedoria, retira um dos fundamentos para a sua manipulação pelas falsas elites. Só assim a alfabetização tem sentido. (SOARES, 2001, p.39).

Em 1967 surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), lançado pelo governo militar, este sistema de ensino visava ocupar o lugar deixado pelos movimentos sociais reprimidos e pelas iniciativas governamentais suspensas, esse se constituiu como organização autônoma, que se relacionava, diretamente, com comissões municipais, responsáveis pela execução das atividades planejadas centralizadamente.

Expandiu-se por todo território nacional durante a década de 70, seu programa mais importante foi o PEI - Programa de Educação Integrada, que correspondia a uma condensação do antigo curso primário. Este programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os recém alfabetizados, assim como para os chamados analfabetos funcionais, pessoas que sabiam ler e escrever precariamente.

Na trilha da massificação do ensino o MOBRAL teve destaque, mas no momento em que teve a pretensão de livrar da fama de alfabetizador, para assumir uma postura mais coerente com as necessidades do mundo de hoje, de uma verdadeira “agência de educação permanente”, acabou não conseguindo, pois as exaltações em torno de seus métodos se transformaram em empecilho.

Alguns quiseram justificar a proposta pedagógica do MOBRAL, apoiando-se na metodologia de Paulo Freire que, por ocasião do surgimento do movimento brasileiro de alfabetização, já havia conseguido reputação internacional, porém, ambos possuem visões do universo social radicalmente opostas.

Para Freire todos os homens são seres iguais, finitos, inacabados, capazes de procederem à crítica e autenticamente, em situações, sofrendo, portanto, os condicionamentos da realidade, mas sendo capazes de transformá-la, porque são seres históricos, a educação deve ser conscientizadora formadora de cidadãos críticos.

O MOBRAL concebe educação como adaptação, preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, portanto Paulo Freire e o MOBRAL propõem pedagogias diferentes, que não podem ser confundidas quanto às finalidades, quanto às visões de homem e de mundo.

O fim da ditadura militar, ocorrido por meio de distensão progressiva até a retomada do governo nacional pelos civis, em 1985, viabilizou a retomada da disputa democrática em torno de propostas para a educação. Movimentos sociais, que tinham atuado por meio de esquemas alternativos, ganham institucionalidade, e passam a ocupar outra vez a cena pública.

A constituição de 1988 garantiu pela primeira vez no plano legal, o direito ao ensino fundamental gratuito inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, incluindo, portanto, os jovens e adultos.

A carta afirma também que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito subjetivo e que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular importa responsabilidades da autoridade competente. Fixa, portanto, bases para responsabilizar as autoridades pelo não cumprimento de suas responsabilidades constitucionais.

Na década de 90, o governo federal recua significativamente no papel de indutor de políticas de educação de adultos, com a extinção do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1985 fora criada a fundação educar que não mais executava diretamente programas, mas somente apoiava governos, entidades civis e empresas a ela conveniada.

No início de 1990 a Fundação Educar foi extinta no bojo de um conjunto de iniciativas tomadas pelo presidente Fernando Collor de Melo, que visava ao enxugamento da máquina administrativa e a retirada de subsídios estatais. Com a extinção da Fundação Educar, os órgãos públicos, das entidades civis e outras instituições conveniadas passam a ter de arcar sozinhas com as responsabilidades pelas atividades educativas, anteriormente mantidas por convênios com a Fundação.

As reformas educacionais, iniciadas em 1995 já na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é implementada no contexto de restrição de gastos públicos, visando à estabilização econômica e o cumprimento de acordo com agências de financiamento internacionais.

Essas diretrizes de reforma condicionam a manutenção da educação básica de jovens e adultos na posição marginal, que ela já ocupava nas políticas públicas de âmbito nacional, reforçando as tendências à descentralização do financiamento e da organização dos serviços.

As profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização têm implicações diretas nos valores culturais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita

a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida que há de se iniciar com a alfabetização.

Mas não basta ensinar a ler e escrever, para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre, e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental.

Para atender o grande número de aluno no que se refere a interesses e competências adquiridas na prática social, há que se diversificar os programas e é fundamental a participação solidária de toda a comunidade com o envolvimento das organizações da sociedade civil diretamente envolvidas na temática e a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas além da especialização do corpo docente.

As propostas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Plano Nacional de Educação referem-se a metas amplas, porém não há definição específica de meios para sua efetivação nem dos mecanismos jurídicos que assegurem que as diretrizes indicadas sejam seguidas.

A educação enquanto um direito humano fundamental é a chave para um desenvolvimento sustentável, assim, como para assegurar a paz e estabilidade dentro e entre países e, portanto, um meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI, as necessidades básicas da aprendizagem podem e devem ser alcançadas com urgência.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido apontada como uma das vias para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, para isso deve considerar as demandas que as sociedades modernas vêm impondo aos sujeitos que dela fazem parte. Com vistas à superação das desigualdades sociais, promovendo aprendizagens que garantam a inserção plena desses sujeitos além de manter um compromisso social para assegurar a garantia dos direitos humanos e a participação cidadã.

O grau de escolaridade é hoje um dos principais fatores de seleção dos candidatos a um posto de trabalho, a ausência de pessoas jovens e adultas pouco escolarizadas nas estatísticas do mercado de trabalho formal indica que seu destino é a informalidade, o trabalho autônomo ou o desemprego.

O mundo contemporâneo passa por uma revolução tecnológica que está alterando profundamente as formas do trabalho, estão sendo desenvolvidas novas tecnologias e novas formas de organizar a produção que elevam bastante a produtividade e delas depende a inserção competitiva da produção nacional numa economia cada vez mais mundializada.

Essas novas tecnologias e sistemas organizacionais exigem trabalhadores mais versáteis, capazes de compreender o processo de trabalho como um todo, dotados de autonomia e iniciativa para resolver problemas em equipe.

O outro lado do avanço tecnológico é a diminuição dos postos de trabalho, tornando a disputa pelo emprego mais acirrada, níveis de formação mais elevados passam a ser exigidos na disputa pelos

empregos disponíveis, a um grande número de pessoas, impõe-se à necessidade de buscar formas alternativas de se inserir na economia, por meio da organização de microempresas ou atuação no mercado informal.

A invenção dessas formas alternativas também exige autonomia, capacidade de iniciativa, de comunicação e reciclagem constante. Portanto, podemos dizer que, de forma geral uma inserção vantajosa no mercado de trabalho exige hoje uma melhor formação geral e não apenas treinamento em técnicas específicas.

Eis porque em uma cultura letrada, aprende a ler e escrever, mas a intenção última com que o faz, vai além da alfabetização. Atravessa e anima toda a empresa educativa, que não é senão aprendizagem permanente desse esforço de totalização-jamais acabada-através do qual o homem tenta abraçar-se inteiramente na plenitude de sua forma. É a própria dialética em que se existência o homem. Mas, para isto, para assumir responsavelmente sua missão de homem, há de aprender a dizer a sua palavra, pois, com ela, constitui; instaura o mundo em que se humaniza, humanizando-o. (FREIRE, 1979, p.5).

Os motivos que levam jovens e adultos à escola referem-se predominantemente às suas expectativas de conseguir um emprego melhor, mas suas motivações não se limitam a este aspecto, muitos se referem também à vontade de se expressarem melhor, de entender melhor as coisas, de não depender de outros.

A imagem que o educando tem da escola tem muito a ver com a imagem que têm de si mesmos dentro dela. Experiências passadas de fracasso e exclusão, normalmente produzem nos jovens e adultos uma autoimagem negativa.

Nos mais velhos, essa baixa estima se traduz em timidez, insegurança, bloqueios, nos mais jovens, é comum que a baixa estima se expresse pela indisciplina e autoafirmação negativa. Em qualquer um dos casos será fundamental que o educador ajude os educandos a reconstituir sua imagem da escola, das aprendizagens escolares e de si próprio.

É inegável que a escola promove transformações no conhecimento dos sujeitos que por ela passam, essa ação da escola é relevante e desejável, no entanto essas transformações atuam sobre um aspecto específico do desenvolvimento psicológico e não sobre todo o complexo psiquismo do sujeito, não nos permitindo definir os sujeitos escolarizados como avançados.

O sujeito EJA é constituído por homens e mulheres, trabalhadores e desempregados ou em busca do primeiro emprego, filhos, pais e mães, moradores urbanos de periferias, favelas e vilas.

São sujeitos culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais efetiva no mundo do trabalho, da política e da cultura.

Vivem em um mundo urbano, industrializado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas, trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais.

As experiências humanas são construídas através do tempo. Contudo o tempo não é uma construção humana linear e progressiva, todos nós estamos circunscritos a vários fenômenos. O tempo da sociedade industrial não é o mesmo da sociedade tradicional, bem como o tempo dos jovens é outro comparado a idade adulta ou a velhice.

Não existe possibilidade de recuperar o tempo perdido fora da escola pela simples constatação da impossibilidade da condição humana em voltar ao passado mais importante ainda, pela percepção de que todas as experiências vividas são únicas importantes para a construção do que somos agora.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se constitui num espaço privilegiado para a convivência de valores, na medida em que agrupa sujeitos com uma diversidade, seja ela ligada às relações étnico-raciais e de gênero, religiosa, etária e territorial.

Essa diversidade amplia as possibilidades de construção de conhecimento. Dessa forma promover um processo de formação permanente e de transformação na educação de Jovens e Adultos, visando as especificidades desses sujeitos, requer uma outra organização pedagógica que articule os saberes escolares com os conhecimentos adquiridos na vida social, garantindo o acesso à educação.

Uma inserção vantajosa no mercado de trabalho exige, hoje, uma melhor formação e não apenas treinamentos em técnicas específicas. Coloca os grupos tradicionalmente excluídos do processo de escolarização, como jovens e adultos, em situação de alto risco de exclusão da sociedade do trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte dos educandos que compõe a educação de jovens e adultos busca através do mesmo a reparação dos danos causados pela ausência deste estudo anteriormente. São pessoas em busca de qualificação social e profissional visando um futuro de qualidade através da instrução escolarizada. Muitos dos alunos objetivam o ingresso na universidade pós-formação no ensino médio EJA.

A relação entre professores e alunos conduzida pelo respeito mútuo, caminha na perspectiva de concluírem com as obrigações que cada um assume ao entrar no espaço escolar. No que diz respeito a condição social dos alunos, muitos não dispõem de tempo para estudos fora da escola, tem dificuldade de aprendizagem pelas condições impostas pela vivência instituída por seu meio social. Assim tentam transpor essas barreiras para alcançarem o mínimo que na contemporaneidade se exige em relação à educação escolar no mercado de trabalho.

A inserção desses jovens e adultos na sociedade através do projeto da Educação de Jovens e Adultos se dá em condições realmente socioculturais. Para disputa de mercado necessitam da

escolarização, e assim sendo retornam aos estudos com o objetivo único de se tornarem aptos a desenvolver as funções da área profissional a qual possuem vínculos empregatícios.

A cultura contemporânea impõe isto, há a necessidade de busca permanente do conhecimento, do desenvolvimento do potencial cognitivo para que no processo de seleção do meio social estejamos aptos a sermos cidadãos.

Conceituando cidadão em nosso grupo social, como aquele que produz, que transforma que faz cultura através de seus atos. A ausência do saber escolarizado no "espaço urbano" automaticamente exclui o indivíduo tornando sua existência sem sentido. E estando ciente desta realidade, cada vez mais jovens e adultos buscam o conhecimento e o transmite aos seus filhos.

Pois, nesse direcionamento é que garantem o reconhecimento da sociedade vigente como parte integrante de sua formação, como cidadãos produtores e detentores de cultura e saberes essenciais àqueles que fazem parte de um mundo cada vez mais robotizado, dominado pela tecnologia em constante avanço.

Compreendendo que só conhecendo melhor a realidade de vida desses alunos e investigando suas reais demandas e necessidades em relação à ação educativa. Poderão esclarecer os objetivos dessa modalidade de ensino: formação profissional, dirigida para o mercado de trabalho, formação geral, que vise ao desenvolvimento de um ser humano ou formação integral que com capacidade de utilização de todas as suas potencialidades tenha uma maior circulação no mundo social e do trabalho.

Os questionamentos são numerosos, há um atendimento a essa categoria de ensino, mas não está ao alcance de todos que dela necessitam. Alunos e professores têm consciência deste fato, o que justifica suas necessidades não serem supridas conforme a importância a que se cabe. Jovens e adultos buscam reconhecimento social, o que para os mesmos ocorre através do emprego.

Docentes do sistema educacional vigente valorizam uma equipe de coordenação pedagógica para planejar, uma equipe de qualificação para dar cursos, uma equipe de professores para atuar em sala de aula. O interesse, está em aprender o que os prepare para tarefa concretas, para intervenções pontuais, para um conhecimento pontual, que venha responder às questões.

Os professores de jovens e adultos, a partir de seu fazer, pensar e refletir sobre o fazer pode construir saberes a partir de suas práticas. Saberes esses que poderão apresentar o retrato da prática docente com esse público, e expor os saberes necessários à constituição desse campo de conhecimento.

É necessária, ao professor uma formação permanente, que este se perceba e se assume, porque professor como pesquisador. Nesse sentido fazem parte da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa, que amparada pela reflexão permanente sobre a teoria e a prática, agrega à formação.

Somente pela busca permanente do desenvolvimento cognitivo somos capazes de evoluir, e por esta, desenvolvemos habilidades necessárias à atuação docente. Pesquisando constatamos, constatando, intervimos intervindo propiciamos e adquirimos novas fontes de saberes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: < http: www.mec.gov.br >. Acesso em 10 jan. 2026.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. Educação de Jovens e Adultos e qualificação para o trabalho. In: CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Fundamentos de Educação de Jovens e Adultos II.** Brasília: Link, 2002. 114 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 218 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 79 p.

GADOTTI, M. Educação de Jovens e Adultos: Correntes e tendências. In: Gadotti, M; R. J. E. (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta.** 3 ed. São Paulo: Córtex, 2001.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1994.

MARINHO, Ramuth; PACHECO, Hasla de Paulo; DAIMASCHO, Luciani; FÁTIMA, Maria Clemencio de; CORREIA, Maria Risolina de Fátima Ribeiro; SILVA, Giovana Patrícia da. **Apostila EJA**. Contagem: 2005. 48 p.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: < http: www.mec.gov.br >. Acesso em 10 jan. 2026.

VÓVIO, Cláudio Lemos; MOURA, Mayra Patrícia; RIBEIRO, Vera Masagão. **Fundamentos de Educação de Jovens e Adultos I.** Brasília: Link, 2002. 156 p.